

## SAÚDE DA MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: DESAFIOS DA ATENÇÃO INTEGRAL E DAS POLÍTICAS DE CUIDADO NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO SUS

**Resumo:** O estudo analisou os desafios da atenção integral e das políticas de cuidado voltadas à saúde feminina, considerando as dimensões organizacionais, sociais e estruturais que influenciam o acesso, a qualidade da assistência e a efetividade das ações de promoção e prevenção em saúde. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada nas bases SciELO, PubMed/MEDLINE e Biblioteca Virtual em Saúde, com uso de descritores DeCS e MeSH relacionados à saúde da mulher, atenção primária, políticas de saúde, Sistema Único de Saúde e vulnerabilidade social. Foram incluídas publicações entre 2022 e 2025 que abordavam organização dos serviços, indicadores epidemiológicos e práticas assistenciais no SUS. Os resultados evidenciaram avanços na ampliação das ações assistenciais e na consolidação de políticas públicas voltadas à saúde feminina, sobretudo no planejamento reprodutivo e no acompanhamento do ciclo gravídico-puerperal. Persistem, contudo, desafios relacionados à organização dos serviços, à predominância de práticas centradas na dimensão reprodutiva e à influência das desigualdades sociais no acesso ao cuidado. Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, associado à qualificação das práticas assistenciais e à integração entre políticas públicas, constitui elemento essencial para ampliar a efetividade das ações de cuidado à saúde das mulheres no SUS.

**Palavras-Chave:** Atenção Primária à Saúde; Políticas de Saúde; Saúde da Mulher; Sistema Único de Saúde; Vulnerabilidade Social.

### **Liége Martins da Silva**

Mestra em Ciências da Saúde pela Universidad de Córdoba na Espanha

Orcid: 0000-0002-5879-5016

### **Eliane do Nascimento Lira**

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Estácio de Castanhal

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2476-5186>

### **Mayuane de Oliveira Soares**

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Potiguar – UNP

### **Maria Luiza Pereira de Sousa**

Graduada em Fisioterapia pela Faculdade 5 de julho - F5

### **Francisca Fabiana Vitorino dos Santos**

Graduada em Fisioterapia pela UNINTA

### **Valéria Kelly da Silva Santos**

Especialista em Enfermagem e saúde da mulher pela FAVENI

### **Walkyria Amaral Campos**

Especialista em em gestão da Organização Pública de Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora

### **Natália Dantas Guedes**

Especialista em Saúde Pública com Ênfase em Estratégia e Saúde da Família pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA

### **Maria de Lourdes Machado de Resende Neta**

Residente pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3001-0547>

### **Selma do Nascimento Silva**

Doutorado em Biotecnologia em Produtos Naturais-RENORBIO pela Universidade Federal do Maranhão

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2896-4990>



## **WOMEN'S HEALTH IN PUBLIC HEALTH: CHALLENGES OF COMPREHENSIVE CARE AND CARE POLICIES IN THE CONTEXT OF PRIMARY HEALTH CARE IN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)**

**Abstract:** This study analyzed the challenges of comprehensive care and health policies focused on women's health, considering the organizational, social, and structural dimensions that influence access, quality of care, and the effectiveness of health promotion and prevention actions. It is a narrative literature review conducted in the SciELO, PubMed/MEDLINE, and Virtual Health Library databases, using DeCS and MeSH descriptors related to women's health, primary care, health policies, the Brazilian Unified Health System (SUS), and social vulnerability. Publications between 2022 and 2025 that addressed the organization of services, epidemiological indicators, and care practices in the SUS were included. The results showed progress in expanding care actions and consolidating public policies focused on women's health, especially in reproductive planning and monitoring the pregnancy-puerperium cycle. However, challenges persist related to the organization of services, the predominance of practices centered on the reproductive dimension, and the influence of social inequalities on access to care. It is concluded that strengthening Primary Health Care, combined with improving healthcare practices and integrating public policies, is an essential element for increasing the effectiveness of women's health care actions within the Brazilian Unified Health System (SUS).

**Keywords:** Primary Health Care; Health Policies; Women's Health; Unified Health System; Social Vulnerability.

### **INTRODUÇÃO**

A saúde da mulher constitui área estratégica da saúde pública, pois envolve determinantes biológicos, sociais, econômicos e culturais que influenciam o cuidado ao longo do ciclo de vida feminino. No Brasil, a ampliação das políticas voltadas a esse grupo ocorreu com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos princípios de universalidade, equidade e integralidade. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) atua como eixo organizador do cuidado, permitindo acompanhamento contínuo das necessidades femininas e articulando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos (Spaziani *et al.*, 2026).



No Brasil, as mulheres representam parcela expressiva da população e figuram entre as principais usuárias dos serviços públicos de saúde. Além da busca por cuidados próprios, muitas assumem responsabilidades relacionadas ao cuidado de crianças, idosos e outros membros da família, o que amplia sua presença nas unidades de saúde e reforça a centralidade de suas demandas no funcionamento do SUS. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas capazes de responder de forma abrangente às diferentes necessidades de saúde feminina, considerando as particularidades de cada etapa da vida e os contextos sociais nos quais essas mulheres estão inseridas (Silva *et al.*, 2024).

Durante grande parte da história das políticas sanitárias, a atenção destinada às mulheres permaneceu vinculada quase exclusivamente à dimensão reprodutiva, especialmente ao acompanhamento do período gestacional e ao cuidado materno-infantil. Com o avanço das discussões sobre direitos sociais e igualdade de gênero, esse modelo passou por transformações que ampliaram o entendimento sobre a saúde feminina, incorporando aspectos relacionados à promoção da saúde, à prevenção de doenças e ao cuidado de condições que se manifestam ao longo de todo o ciclo de vida (Oliveira *et al.*, 2023).

A criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) representou um marco relevante nesse processo de transformação das políticas públicas brasileiras (Brasil, 2025). Essa política estabeleceu diretrizes destinadas a ampliar e qualificar a assistência, incluindo ações relacionadas ao planejamento reprodutivo, à atenção obstétrica, ao enfrentamento da violência e à prevenção de agravos evitáveis. A proposta fundamenta-se na compreensão de que a saúde feminina envolve múltiplas dimensões e requer intervenções articuladas entre diferentes serviços e níveis de atenção (Santana *et al.*, 2019).

Apesar da ampliação do marco normativo e da implementação de programas específicos voltados à saúde das mulheres, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios relevantes no cotidiano dos serviços de saúde. Questões relacionadas à organização da rede assistencial, à disponibilidade de recursos e à capacidade de articulação entre os níveis de atenção interferem diretamente na oferta de cuidado integral e na continuidade do acompanhamento das usuárias do sistema (Bezerra *et al.*, 2024).

Outro elemento que influencia a efetividade das ações voltadas à saúde feminina refere-se às desigualdades sociais que atravessam a realidade brasileira. Condições relacionadas à



renda, escolaridade, local de residência e acesso a serviços básicos impactam diretamente as possibilidades de busca e utilização dos serviços de saúde. Em territórios marcados por vulnerabilidade social, essas condições podem limitar o acesso a consultas, exames e ações preventivas, contribuindo para a manutenção de agravos evitáveis (Oliveira *et al.*, 2025).

Aspectos socioculturais também exercem influência significativa sobre a forma como as mulheres acessam e utilizam os serviços de saúde. Normas sociais, relações de poder e desigualdades de gênero podem interferir na autonomia feminina para tomar decisões relacionadas ao cuidado com o próprio corpo e à busca por atendimento profissional. Essas condições produzem impactos na identificação precoce de problemas de saúde e na continuidade do acompanhamento clínico (Oliveira *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a APS apresenta-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de estratégias voltadas ao cuidado integral das mulheres. A atuação territorializada das equipes de saúde, associada ao acompanhamento longitudinal das usuárias, permite identificar necessidades específicas, promover intervenções preventivas e fortalecer o vínculo entre profissionais e comunidade, favorecendo respostas mais adequadas às demandas de saúde feminina (Spaziani *et al.*, 2026).

A articulação entre vigilância em saúde, atenção primária e redes assistenciais também desempenha papel fundamental na organização das ações voltadas à saúde das mulheres. O monitoramento de indicadores epidemiológicos e a utilização de sistemas de informação contribuem para a identificação de agravos prioritários, possibilitando o planejamento de estratégias de intervenção baseadas em evidências e direcionadas às necessidades dos territórios (Ribeiro *et al.*, 2026).

A implementação dessas estratégias requer articulação entre diferentes setores governamentais e participação ativa da sociedade civil. A integração entre políticas públicas de saúde, educação e assistência social favorece a construção de respostas mais amplas para os determinantes sociais que influenciam as condições de saúde das mulheres. Essa abordagem contribui para ampliar o alcance das ações de promoção da saúde e fortalecer a equidade no acesso aos serviços (Oliveira *et al.*, 2023).

Mesmo diante da existência de programas e políticas específicas, persistem dificuldades relacionadas à operacionalização das ações previstas nas diretrizes nacionais. Questões

associadas à gestão, à disponibilidade de recursos humanos e à organização do processo de trabalho nas unidades de saúde podem comprometer a efetividade das iniciativas voltadas à promoção da saúde feminina e à prevenção de agravos (Silva *et al.*, 2024).

A compreensão das múltiplas dimensões que influenciam o cuidado à saúde das mulheres exige considerar fatores estruturais, sociais e culturais presentes nos diferentes territórios. A incorporação desses elementos na formulação de políticas e estratégias assistenciais torna-se fundamental para a construção de práticas que respondam de forma adequada às necessidades da população feminina (Bezerra *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a análise das políticas de cuidado direcionadas às mulheres no âmbito da APS permite identificar limites e potencialidades na organização da assistência. A avaliação dessas dimensões contribui para orientar intervenções voltadas ao fortalecimento da rede de atenção e à ampliação do acesso a serviços de saúde de qualidade (Spaziani *et al.*, 2026).

Diante desse cenário, torna-se pertinente investigar os desafios relacionados à implementação da atenção integral à saúde da mulher no contexto da APS no SUS. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da atenção integral e das políticas de cuidado voltadas à saúde feminina, considerando as dimensões organizacionais, sociais e estruturais que influenciam o acesso, a qualidade da assistência e a efetividade das ações de promoção e prevenção em saúde.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, desenvolvida a partir da sistematização e interpretação de produções científicas relacionadas à saúde da mulher no contexto da APS à no SUS. Esse tipo de abordagem permite reunir diferentes perspectivas teóricas e metodológicas presentes na produção científica, possibilitando discutir aspectos organizacionais dos serviços de saúde, vulnerabilidades sociais e políticas públicas voltadas ao cuidado das mulheres.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed/MEDLINE e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionadas por



reunirem produção científica relevante na área da saúde pública e da atenção primária. Para a estratégia de busca foram utilizados descritores estruturados a partir do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e do MeSH (*Medical Subject Headings*), combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*. Entre os descritores utilizados destacam-se: “Saúde da Mulher” (*Women’s Health*), “Atenção Primária à Saúde” (*Primary Health Care*), “Políticas de Saúde” (*Health Policy*), “Sistema Único de Saúde” (*Unified Health System*) e “Vulnerabilidade Social” (*Social Vulnerability*).

Foram considerados critérios de inclusão: artigos científicos publicados entre 2022 e 2025, disponíveis na íntegra, redigidos em português, inglês ou espanhol, e que abordassem aspectos relacionados à saúde da mulher no âmbito da atenção primária, incluindo organização dos serviços, indicadores epidemiológicos, vulnerabilidade social e práticas assistenciais no SUS. Como critérios de exclusão, foram desconsideradas publicações duplicadas entre as bases consultadas, produções cujo foco não estivesse relacionado à saúde da mulher e trabalhos que abordavam exclusivamente níveis assistenciais hospitalares ou especializados.

A organização das informações ocorreu por meio de leitura integral das publicações selecionadas, com registro de elementos relacionados ao tipo de estudo, temática central e contribuições para compreensão das políticas de cuidado e da organização dos serviços de saúde voltados às mulheres. Posteriormente, realizou-se análise interpretativa de conteúdo, buscando identificar convergências e particularidades entre as produções científicas selecionadas, especialmente em relação às dimensões sociais, organizacionais e assistenciais presentes no cuidado à saúde feminina na APS.

Por tratar-se de pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias disponíveis na literatura científica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa apreciação ética em pesquisas que utilizam dados de domínio público.

Entre as limitações metodológicas, destaca-se a dependência de publicações disponíveis nas bases de dados consultadas, o que pode restringir a inclusão de produções não indexadas nesses sistemas. Além disso, a diversidade metodológica das investigações selecionadas — incluindo revisão integrativa, pesquisa avaliativa, análise reflexiva, investigação

epidemiológica, pesquisa documental e relato de experiência — exige interpretação cuidadosa dos resultados, considerando as especificidades de cada abordagem científica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca e seleção resultaram na inclusão de sete produções científicas relacionadas à saúde da mulher na APS e na exclusão de duas publicações que não abordavam diretamente as políticas de cuidado nesse nível assistencial. O conjunto final reúne diferentes abordagens metodológicas e contempla temas como organização dos serviços, vulnerabilidade social, violência de gênero, indicadores de saúde reprodutiva e atuação multiprofissional, permitindo compreender fatores que influenciam o acesso e a qualidade do cuidado às mulheres no contexto do SUS.

**Tabela 1** – Caracterização dos estudos incluídos

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>Tema central</b>
Paixão <i>et al.</i>	2022	Revisão integrativa	Cuidados de enfermagem em saúde reprodutiva na APS
Alves; Marques; Nunes	2024	Relato de experiência	Atuação da psicologia na saúde da mulher na APS
Couto <i>et al.</i>	2025	Pesquisa avaliativa	Organização dos serviços de APS na atenção à saúde da mulher
Nascimento; Azuelo; Costa	2025	Análise reflexiva	Vulnerabilidade social feminina e acesso à APS
Santos <i>et al.</i>	2023	Estudo epidemiológico	Indicadores de saúde pré-concepcional das mulheres brasileiras
Conceição; Cabral	2023	Pesquisa documental	Políticas públicas de saúde da mulher no Brasil
Santiago	2024	Revisão integrativa	Violência doméstica contra mulheres atendidas na APS

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2026.

A organização dos serviços de atenção primária direcionados à saúde da mulher apresenta avanços na ampliação do acesso às ações assistenciais, embora persistam lacunas relacionadas à integralidade do cuidado. A avaliação conduzida por Couto *et al.* (2025)

identificou desempenho médio de 66,4% nos serviços analisados, com maior consolidação das ações relacionadas ao puerpério e ao planejamento reprodutivo, enquanto atividades voltadas ao enfrentamento da violência e à promoção da saúde demonstraram menor desempenho. Esses achados evidenciam limitações nos processos de trabalho das equipes e indicam necessidade de reorganização das práticas assistenciais para concretização das diretrizes da PNAISM.

A formulação das políticas públicas voltadas à saúde feminina passou por mudanças significativas ao longo das últimas décadas no Brasil. Conceição e Cabral (2023) descrevem que iniciativas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e, posteriormente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) introduziram a perspectiva da integralidade e ampliaram o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda assim, a organização das ações governamentais permanece fortemente concentrada nos eixos da reprodução e da fertilidade, direcionando grande parte dos investimentos para o cuidado materno e neonatal.

A presença de equipes multiprofissionais na atenção primária amplia as possibilidades de intervenção sobre problemas complexos que atravessam a saúde das mulheres. No relato de experiência apresentado por Alves, Marques e Nunes (2024), a inserção da psicologia nas equipes de saúde da família permitiu desenvolver intervenções estruturadas em quatro eixos: promoção da saúde, assistência clínica, apoio matricial e articulação intersetorial. A atuação psicológica mostrou-se fundamental para abordar questões relacionadas à saúde mental, às relações de gênero e às vulnerabilidades sociais presentes nos territórios acompanhados pela Estratégia Saúde da Família.

O cuidado de enfermagem constitui componente essencial na operacionalização das ações de saúde reprodutiva na atenção primária. Paixão *et al.* (2022) descrevem três dimensões principais nesse campo: atividades educativas direcionadas à saúde sexual e reprodutiva, práticas de aconselhamento relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis e intervenções clínicas voltadas ao planejamento reprodutivo. Essas estratégias reforçam o papel da enfermagem na mediação entre os serviços de saúde e a comunidade, favorecendo o acompanhamento longitudinal das usuárias e a disseminação de informações voltadas à autonomia reprodutiva.

As condições socioeconômicas exercem influência direta sobre o acesso das mulheres aos serviços de saúde. Nascimento, Azuelo e Costa (2025) analisam que fatores como baixa escolaridade, instabilidade econômica e isolamento social interferem na utilização dos serviços de atenção primária, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade feminina e ampliem a capacidade de resposta dos serviços de saúde diante dessas desigualdades estruturais.

Os indicadores epidemiológicos relacionados à saúde pré-concepcional revelam persistência de importantes desigualdades entre mulheres brasileiras. Santos *et al.* (2023) identificaram aumento na realização de consultas médicas, odontológicas e exames preventivos, acompanhado pela elevação da prevalência de hipertensão, obesidade e consumo de álcool entre mulheres em idade reprodutiva. O estudo também registrou crescimento expressivo da incidência de sífilis entre 2010 e 2020, além de piores indicadores entre mulheres pretas ou pardas, com menor escolaridade e residentes nas regiões Norte e Nordeste.

A violência doméstica representa uma dimensão central das condições de saúde feminina no contexto da atenção primária. A revisão conduzida por Santiago (2024) identificou maior frequência de violência psicológica, seguida de violência física e sexual entre mulheres acompanhadas nos serviços de APS. Entre os fatores associados destacam-se baixa renda familiar, histórico de violência no ambiente doméstico e consumo de álcool pelo parceiro, elementos que reforçam a complexidade do fenômeno e a necessidade de estratégias intersetoriais de cuidado e proteção.

A articulação entre políticas públicas e práticas assistenciais demonstra que a integralidade do cuidado depende da capacidade dos serviços de reconhecer as diferentes dimensões que atravessam a saúde das mulheres. As evidências reunidas demonstram que abordagens exclusivamente biomédicas apresentam limitações diante de problemas complexos como violência, sofrimento psíquico e desigualdades sociais. A incorporação de práticas interdisciplinares e de estratégias voltadas à promoção da saúde amplia a capacidade de resposta das equipes de atenção primária (Conceição; Cabral (2023).

A organização do processo de trabalho nas equipes de saúde da família exerce influência direta na qualidade da assistência. Couto *et al.* (2025) identificaram associação positiva entre

melhor desempenho dos serviços e práticas como utilização de dados epidemiológicos, captação ativa de gestantes por agentes comunitários de saúde e realização periódica de reuniões de equipe. Esses elementos demonstram que a gestão do cuidado baseada em planejamento, monitoramento e trabalho coletivo contribui para qualificação das ações voltadas à saúde feminina.

As políticas públicas de saúde da mulher refletem disputas históricas relacionadas à definição das prioridades de intervenção do Estado no campo da saúde. Conceição e Cabral (2023) descrevem que a construção dessas políticas envolve diferentes atores sociais e institucionais, incluindo movimentos feministas, gestores públicos e instituições de pesquisa. Esse processo contribuiu para ampliar a agenda de direitos e fortalecer o princípio da integralidade no cuidado em saúde das mulheres.

A abordagem ampliada do cuidado também exige reconhecer necessidades que ultrapassam o período gestacional e o ciclo reprodutivo. A experiência relatada por Alves, Marques e Nunes (2024) evidencia que intervenções coletivas voltadas à saúde mental, autonomia feminina e enfrentamento das desigualdades de gênero fortalecem o vínculo entre profissionais e usuárias, além de ampliar a capacidade resolutiva das equipes de atenção primária.

As desigualdades sociais continuam condicionando o perfil de morbimortalidade feminina e a distribuição dos agravos à saúde. Nascimento, Azuelo e Costa (2025) destacam que fatores estruturais como pobreza, desigualdade educacional e discriminação de gênero interferem diretamente na forma como as mulheres acessam e utilizam os serviços de saúde, produzindo impactos significativos nos indicadores de saúde coletiva.

A análise conjunta dos resultados evidencia que a consolidação das políticas de saúde da mulher no SUS exige avanços na organização dos serviços, qualificação profissional e fortalecimento das ações intersetoriais. A atenção primária permanece como espaço privilegiado para implementação de estratégias voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (Santiago, (2024).

Por fim, a integração entre políticas públicas, práticas assistenciais e participação social configura elemento central para ampliar a efetividade das ações voltadas à saúde feminina. O fortalecimento da abordagem multiprofissional e territorial na atenção primária contribui para

enfrentar os determinantes sociais que impactam a saúde das mulheres e para ampliar a capacidade do SUS de oferecer cuidado equitativo ao longo de todo o ciclo de vida feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu compreender que a atenção à saúde da mulher no contexto da APS no SUS apresenta avanços institucionais importantes, especialmente no que se refere à ampliação das ações assistenciais e à incorporação do princípio da integralidade nas políticas públicas. A consolidação de diretrizes voltadas à saúde feminina contribuiu para ampliar a oferta de serviços relacionados ao planejamento reprodutivo, ao acompanhamento do ciclo gravídico-puerperal e à realização de ações preventivas. Contudo, a organização do cuidado ainda se concentra de forma predominante na dimensão reprodutiva, o que limita a abordagem de outras necessidades que atravessam a saúde das mulheres ao longo da vida, incluindo condições crônicas, saúde mental e situações de violência.

A análise também evidenciou que a efetividade das políticas de cuidado depende diretamente das condições estruturais e organizacionais presentes nos serviços de atenção primária. A capacidade de planejamento das equipes, a utilização de informações epidemiológicas, a atuação territorializada dos profissionais e a integração entre diferentes áreas de conhecimento interferem na qualidade da assistência ofertada. Unidades que desenvolvem práticas de acompanhamento contínuo, ações educativas e articulação entre profissionais apresentam maior potencial para responder às demandas complexas que caracterizam a saúde feminina nos territórios.

Outro aspecto relevante refere-se à influência das desigualdades sociais na produção das condições de saúde das mulheres e no acesso aos serviços. Fatores relacionados à renda, escolaridade, inserção social e contexto territorial interferem na busca por atendimento, na realização de exames preventivos e na continuidade do acompanhamento clínico. Esse cenário demonstra que a organização das políticas de cuidado precisa considerar os determinantes sociais que atravessam a vida das mulheres, incorporando estratégias capazes de enfrentar vulnerabilidades que extrapolam o campo estritamente biomédico.



A presença de problemas como violência doméstica, sofrimento psíquico e vulnerabilidade socioeconômica evidencia a necessidade de ampliar a articulação entre diferentes políticas públicas. A atuação integrada entre saúde, assistência social, educação e demais setores institucionais torna-se fundamental para responder de forma mais abrangente às demandas que emergem nos territórios. A incorporação de abordagens interdisciplinares e a valorização do trabalho multiprofissional também se mostram essenciais para fortalecer a capacidade de resposta da atenção primária diante das múltiplas dimensões que envolvem o cuidado à saúde das mulheres.

Entre as limitações deste estudo destaca-se a utilização de produções científicas disponíveis em bases de dados específicas, o que pode restringir a incorporação de outras análises relevantes não indexadas nesses sistemas. Além disso, a diversidade metodológica das publicações utilizadas implica diferentes enfoques analíticos sobre a organização dos serviços e sobre as condições de saúde feminina, exigindo interpretação cuidadosa das informações reunidas. Tais características podem limitar a generalização das interpretações apresentadas.

Diante desse cenário, recomenda-se que futuras investigações aprofundem a análise da implementação das políticas de saúde da mulher nos diferentes contextos regionais do país, considerando fatores sociais, culturais e organizacionais que influenciam o funcionamento da atenção primária. Pesquisas voltadas ao cotidiano das equipes de saúde, à percepção das usuárias sobre o cuidado recebido e aos efeitos das desigualdades sociais nos indicadores de saúde feminina podem contribuir para aprimorar estratégias de organização da assistência e fortalecer a efetividade das políticas públicas direcionadas à saúde das mulheres no SUS.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Dayse Lôrrane Gonçalves; MARQUES, Antonio Dean Barbosa; NUNES, Bruna Rodrigues. Atuação do psicólogo em saúde da mulher na atenção primária. **Cadernos ESP – Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 18, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54620/cadesp.v18i1.1520>. Disponível em: [https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/pt\\_BR/article/view/1520](https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/pt_BR/article/view/1520).

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM). **Brasília: Ministério da Saúde**, [2025]. Disponível em:



<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-das-mulheres>.

BEZERRA, Maria Suzana *et al.* Avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 5, p. 106–123, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n5p106-123>. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2005>.

COUTO, Caroline Eliane *et al.* A atenção à saúde da mulher no Estado de São Paulo, Brasil: avaliação de serviços de atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, ePT147024, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT147024>. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/10144>.

NASCIMENTO, Edson Silva do; AZUELO, Nany Camilla Sevalho; COSTA, Anelise de Melo Bernardes. Women's social vulnerability in the context of Primary Health Care. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 2, e48195, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v14i2.48195>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48195>.

OLIVEIRA, Iva Maria da Conceição Vicente *et al.* Desafios na atenção primária à saúde da mulher: barreiras socioculturais, econômicas e educacionais. **Revista Multidisciplinar Integrada – REMI**, v. 6, n. 3, p. 1–13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/c8ptfk64>. Disponível em: <http://revistas.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/221>.

OLIVEIRA, Janifer Leite de *et al.* Advances and challenges of public policies related to women's health in Brazil in the last 20 years: a literature review. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, e2812239847, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.39847>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/39847>.

PAIXÃO, Tatiane Taiz *et al.* Cuidados de enfermagem em saúde reprodutiva à mulher na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **REFACS – Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 10, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18554/refacs.v10i4.6083>. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/6083>.

ROSA, Hevelyn; CABRAL, Cristiane da Silva. A fertility citizenship – women's health policies as technologies of sex and gender production. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 2, e220534, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220534>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2023.v32n2/e220534pt/>.

RIBEIRO, Luiz Gustavo de Jesus *et al.* Vigilância em saúde da mulher no SUS: integração entre atenção primária e redes de cuidado. **Revista Regeo – Interdisciplinar**, v. 17, n. 3, e1808, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n3-070>. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/1808>.

SPAZIANI, Amanda Oliva *et al.* Comprehensive women's health care in primary health care: conceptual foundations, organizational challenges, and implications for the Brazilian Unified Health System. **REMUNOM – Revista Multidisciplinar**, v. 13, n. 2, p. 1–22, 2026. DOI: <https://doi.org/10.66104/dabv6490>. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/5821>.



SANTANA, Tamiles Daiane Borges *et al.* Avanços e desafios da concretização da Política Nacional da Saúde da Mulher: reflexão teórica. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 17, n. 61, p. 1–10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13037/ras.vol17n61.6012>. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/pt\\_BR/article/view/6012](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/pt_BR/article/view/6012).

SILVA, Luciano Cícero da *et al.* Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: revisão de literatura. *Europub Journal of Health Research*, v. 5, n. 1, p. 75–93, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54747/ejhrv5n1-005>. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ejhr/article/view/4249>.

SANTOS, Bruna Nicole Soares dos *et al.* Prevalence of preconception health indicators among Brazilian women of reproductive age. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 11, p. 3367–3381, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.16282022>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n11/3367-3381/en/>.

SANTIAGO, Glaucia Helena de Paula. Factors associated with domestic violence against women in primary care in Brazil: an integrative review. In: *Multidisciplinary Perspectives: Integrating Knowledge. Seven Editora*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/sevened2024.007-021>. Disponível em: <https://sevenpubl.com.br/editora/article/view/3993>.